

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 4. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 3. ^a EDIÇÃO	11
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	17
NOTA DA AUTORA À 6. ^a EDIÇÃO	19
NOTA DA AUTORA À 5. ^a EDIÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO	35
1. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA REPERCUSSÃO NOS PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL E DE DIREITO TRIBUTÁRIO	39
1.1 Princípio da certeza do direito, também denominado princípio da segurança jurídica	42
1.2 Princípio da igualdade.....	48
1.3 Princípio da legalidade	55
1.4 Princípio da irretroatividade das leis.....	61
1.5 Princípio da anterioridade da lei tributária e da anterioridade nonagesimal das contribuições sociais	68
1.6 Princípio do pleno acesso ao Judiciário, também denominado princípio da universalidade da jurisdição	74
1.7 Princípio do devido processo legal e princípio do contraditório	80
1.7.1 O art. 188 do CPC.....	90
1.7.2 O art. 191 do CPC.....	94
1.7.3 O art. 475 do CPC.....	97
1.7.4 Os Juizados Especiais.....	100
1.7.5 O § 3.º do art. 475 e o art. 557 do CPC. A súmula vinculante....	106
1.7.6 As alterações objeto das Leis 11.276/2006 e 11.277/2006.....	108
1.8 Outros princípios constitucionais	110

1.8.1	Princípio que afirma o direito de propriedade	110
1.8.2	Princípio da liberdade de trabalho, ofício ou profissão.....	111
1.8.3	Princípio do direito de petição.....	112
1.8.4	Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público	112
1.9	Outros princípios tributários.....	114
1.9.1	Princípio da tipicidade	114
1.9.2	Princípio da proibição de tributo com efeito de confisco	115
1.9.3	Princípio da vinculabilidade da tributação	117
1.9.4	Princípio da capacidade contributiva.....	117
1.10	Conclusões	119
2.	O CONFLITO DE INTERESSES EM ESFERA TRIBUTÁRIA.....	120
3.	O DIREITO DE AÇÃO E SUA REPERCUSSÃO EM TEMAS TRIBUTÁ- RIOS	128
4.	AS CONDIÇÕES DA AÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	140
4.1	Generalidades.....	140
4.2	Posição do Código em face das teorias sobre o direito de ação à luz de suas condições	143
4.2.1	Antecedentes históricos	143
4.2.2	A teoria civilística da ação.....	144
4.2.3	A teoria da ação como direito abstrato.....	144
4.2.4	A teoria da ação como direito concreto ou potestativo	147
4.3	Críticas	148
4.4	A decisão de carência da ação e a faculdade de repropô-la outorgada pelo art. 268 do CPC	151
4.5	Conclusões	156
5.	A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO	158
5.1	Generalidades.....	158
5.2	Impossibilidade jurídica do pedido e mérito	159
5.3	A possibilidade jurídica do pedido e sua hierarquia, no plano lógico, em relação às demais condições da ação.....	161
5.4	A possibilidade jurídica do pedido em ação tributária.....	164

5.4.1	Em relação aos pedidos mediato e imediato	164
5.4.2	Em relação à licitude ou ilicitude do fato jurídico que motiva a hipótese de incidência.....	166
6.	A LEGITIMIDADE DAS PARTES.....	173
6.1	Generalidades.....	173
6.2	Distinção entre capacidade processual e legitimidade processual. A legitimação extraordinária	177
6.3	As partes da ação tributária	184
7.	O INTERESSE PROCESSUAL.....	188
7.1	Generalidades.....	188
7.2	O interesse processual dirige-se às partes ativa e passiva.....	193
7.3	O interesse é jurídico-processual e decorre do sistema.....	194
7.4	O interesse pode alterar-se no curso do processo	195
7.5	O interesse processual para contestar	197
7.6	O interesse processual especificamente em ações tributárias.....	200
7.6.1	Diante das normas impositivas	200
7.6.2	Diante da ação declaratória	203
8.	O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	208
8.1	O processo administrativo tributário	208
8.1.1	Traços distintivos entre o processo administrativo tributário e o processo judicial tributário e suas características próprias..	211
8.1.2	Princípios que regulam o processo e o procedimento tributário.....	225
8.1.2.1	O princípio da legalidade	227
8.1.2.2	O princípio da impessoalidade.....	229
8.1.2.3	O princípio da moralidade	230
8.1.2.4	O princípio da publicidade.....	231
8.1.2.5	O princípio da eficiência	235
8.1.2.6	O princípio da finalidade.....	236
8.1.2.7	O princípio da motivação.....	237
8.1.2.8	O princípio da razoabilidade	238
8.1.2.9	O princípio da proporcionalidade	239
8.1.2.10	Os princípios da ampla defesa e do contraditório...	240

8.1.2.11	O princípio da segurança jurídica	241
8.1.2.12	Os princípios do interesse público e da eficiência ..	242
8.1.2.13	Demais princípios informadores do processo administrativo	242
8.1.3	A coexistência de curso dos processos administrativo e judicial em matéria tributária	243
8.1.4	A admissibilidade do recurso de decisão proferida em instância administrativa não pode ser subordinada a qualquer condicionante.....	246
8.1.5	O arrolamento de bens e direitos	248
8.1.6	A multa por descumprimento de obrigações tributárias. Sua valoração em relação ao princípio da não-confiscatoriedade...	253
8.1.7	A desconsideração de atos ou negócios jurídicos pela autoridade administrativa (CTN, art. 116, parágrafo único)	257
8.1.8	Os reflexos da alteração da legislação relativa ao procedimento administrativo, decorrentes da MP 449, de 03.12.2008.....	260
8.1.8.1	Os Parcelamentos e o Reparcèlement	260
8.1.8.2	A remissão	267
8.1.8.3	O regime tributário de transição	268
8.1.8.4	A unificação dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais	269
8.1.8.5	A prescrição e a decadência de créditos tributários	269
8.1.8.6	As alterações promovidas no Decreto 70.235/1972...	271
8.1.8.7	A ampla e diversa gama de matérias versadas pela MP 449/2008 vulnera a Lei Complementar 95/1998	273
8.1.8.8	Análise conclusiva da MP 449/2008.....	277
9.	AS AÇÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	280
9.1	O art. 285-A do CPC	284
9.2	O mandado de segurança	289
9.2.1	O mandado de segurança em matéria tributária	289
9.2.2	O mandado de segurança preventivo	292
9.2.3	O mandado de segurança impetrado contra ato consumado..	296
9.2.4	Partes.....	296
9.2.5	A operatividade e a eficácia do ato alvo da impetração.....	302
9.2.6	A liminar em mandado de segurança. A constituição de depósito em garantia.....	306

9.2.6.1	A liminar em mandado de segurança em hipóteses de competência originária de tribunais.....	314
9.2.6.2	A suspensão da liminar	317
9.2.7	O provimento atribuído pela sentença.....	319
9.2.8	As relações jurídicas tributárias continuativas e a Súmula 239 do STF.....	322
9.2.9	Os recursos em mandado de segurança e a legitimidade para recorrer quando a sentença é desfavorável à autoridade coatora. O efeito dos recursos em mandado de segurança	326
9.2.9.1	A apelação	331
9.2.9.2	O agravo de instrumento e o mandado de segurança contra ato judicial	338
9.2.9.3	Os embargos infringentes.....	344
9.2.9.4	O recurso ordinário	349
9.2.10	A coisa julgada em mandado de segurança de natureza individual	351
9.2.11	O mandado de segurança coletivo.....	358
9.2.11.1	Os interesses difusos	358
9.2.11.2	O mandado de segurança e os interesses coletivos ..	360
9.2.11.2.1	Legitimidade	360
9.2.11.2.2	Natureza dos direitos em discussão	365
9.2.11.2.3	Temas tributários em sede de mandado de segurança coletivo.....	365
9.2.11.2.4	A coisa julgada em mandado de segurança coletivo.....	369
9.2.11.2.5	Os efeitos decorrentes da conhecida Medida Provisória 1.984	373
9.3	A ação de repetição de indébito	375
9.3.1	Cabimento. Juros e correção monetária. A taxa SELIC.....	375
9.3.2	Legitimidade.....	381
9.3.3	Interesse processual	383
9.3.4	A execução da sentença proferida em ação de repetição do indébito. A correção monetária e os juros incidentes sobre o valor postulado.....	387
9.3.5	A cláusula <i>solve et repete</i>	393
9.4	A compensação de créditos tributários	394

9.4.1	Generalidades.....	394
9.4.2	A compensação de tributos na instância administrativa	396
9.4.3	A compensação de tributos na instância judicial.....	399
9.4.4	Princípios constitucionais informadores da compensação	401
9.4.5	Compensação e lançamento de créditos tributários. Condições para exercer a compensação de créditos tributários	403
9.4.6	O art. 170-A do CTN.....	410
9.4.7	A declaração da compensação efetuada e a manifestação de inconformidade.....	413
9.4.8	A compensação de créditos tributários e o mandado de segurança	415
9.4.9	Compensação de créditos tributários em medida cautelar e em antecipação dos efeitos da tutela	419
9.4.10	A antecipação dos efeitos da tutela em face do Poder Público, em compensação de créditos tributários	423
9.4.11	Compensação de créditos tributários em fase de execução da sentença	428
9.5	A antecipação dos efeitos da tutela, mediante as alterações introduzidas no CPC pelas Leis 10.444/2002 e 11.232/2005	431
9.6	O depósito judicial e extrajudicial	435
9.7	Restituição em instância administrativa.....	437
9.8	Breves considerações sobre a medida provisória que verse sobre matéria tributária diante da atual redação do art. 62 da CF	438
9.8.1	Relativamente às espécies tributárias	438
9.8.2	Relativamente às demais obrigações e direitos decorrentes da legislação tributária.....	440
9.9	A lei complementar em matéria tributária	442
9.10	A ação declaratória	446
9.10.1	Generalidades.....	446
9.10.2	A ação declaratória em matéria tributária. A antecipação dos efeitos da tutela. A ação declaratória incidental	449
9.11	A ação anulatória.....	456
9.11.1	Generalidades.....	456
9.11.2	Distinção entre ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória negativa	459
9.11.3	O depósito da quantia em discussão como meio de impedir o ajuizamento de execução fiscal.....	461

9.11.4	Conexão entre a ação anulatória de débito fiscal e a execução fiscal.....	463
9.12	A ação de consignação em pagamento	469
9.12.1	Generalidades.....	469
9.12.2	Legitimidade ativa e passiva	472
9.12.3	O depósito constituído extrajudicialmente.....	475
9.12.4	Foro competente	477
9.12.5	Procedimento	478
9.12.6	Natureza jurídica da sentença	480
9.13	O tratamento legislativo dado ao recebimento dos recursos.....	481
9.13.1	O art. 557 e § 1.º-A do CPC como gerador dos efeitos da súmula vinculante. A súmula vinculante. O parágrafo único do art. 741 do CPC como medida de desconstituição da coisa julgada material.....	481
9.13.1.1	O art. 557 e § 1.º-A do CPC	481
9.13.1.2	A súmula vinculante.....	482
9.13.1.3	O parágrafo único do art. 741 do CPC.....	484
9.13.2	As repercussões decorrentes da inclusão dos §§ 1.º e 2.º no art. 518 do CPC sobre o recurso de apelação	488
9.13.3	O procedimento para julgamento de recursos especiais “repetitivos” no Superior Tribunal de Justiça.....	490
9.13.4	A repercussão geral no recurso extraordinário	494
9.13.4.1	Requisito de admissibilidade (Lei 11.418/2006).....	494
9.13.4.2	Fundamentos do pressuposto da repercussão geral no recurso extraordinário	495
9.13.4.3	Competência para decisão da repercussão geral	495
9.13.4.4	Análise da repercussão geral diante de multiplicidade de recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia – Sua aplicação em matéria tributária	496
9.13.4.5	A irrecorribilidade da decisão que afirma ou nega a repercussão geral.....	498
9.13.4.6	Escopo do pressuposto da repercussão geral – o <i>amicus curiae</i> – sua aplicação com eficácia futura	500
9.14	A medida cautelar.....	500
9.14.1	O processo cautelar. Generalidades.....	500

9.14.2	A liminar dotada de natureza satisfativa	503
9.14.3	A liminar concedida em face da Fazenda Pública	505
9.14.4	A medida cautelar requerendo a constituição de depósito.....	511
9.14.5	A medida cautelar requerendo caução para obter certidão de regularidade fiscal, na pendência da propositura da execução fiscal pela Fazenda Pública.....	515
9.14.6	A medida cautelar requerida ao tribunal.....	517
9.15	A ação monitória	520
9.15.1	Procedimento, defesa e recursos cabíveis.....	520
9.15.2	Cabimento em face da Fazenda Pública.....	526
9.16	A execução fiscal e a defesa do executado.....	529
9.16.1	Considerações sobre o procedimento objeto da Lei 6.830/80 ..	529
9.16.2	A aplicação das normas introduzidas no processo de execução do CPC pela Lei 11.382/2006, no rito da execução fiscal regulada pela Lei 6.830/80.....	532
9.16.3	A dívida ativa da Fazenda Pública e de suas autarquias.....	534
9.16.4	O requerimento de emenda ou de substituição da certidão da dívida ativa pela Fazenda Pública.....	537
9.16.5	A extinção da execução fiscal motivada pelo cancelamento da inscrição da dívida ativa, antes do julgamento dos embargos em primeira instância.....	541
9.16.6	A legitimidade em execução fiscal.....	543
9.16.7	A responsabilidade tributária e seus efeitos na execução fiscal....	544
9.16.7.1	O art. 134 do CTN	544
9.16.7.2	O art. 135 do CTN	547
9.16.7.3	A mudança da orientação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à responsabilidade secundária de administradores e sócios da pessoa jurídica executada.....	556
9.16.8	O interesse de agir na execução fiscal	559
9.16.9	Características da execução fiscal	560
9.16.9.1	A Certidão da Dívida Ativa – O documento de declaração de débito feito pelo contribuinte, dotado de força para acarretar a inscrição em dívida ativa, independente de qualquer notificação (exs.: DCTF, GFIP, GIA etc.)	560

9.16.9.2	O protesto da certidão da dívida ativa.....	563
9.16.9.3	Breves comentários sobre os procedimentos da execução contra devedor solvente segundo as normas do CPC e da execução fiscal segundo as normas da Lei 6.830/80.....	564
9.16.9.4	A prescrição da ação de execução fiscal – A prescrição intercorrente	569
9.16.9.5	Os atos atentatórios à dignidade da Justiça e os bens objeto de penhora em execução	573
9.16.9.5.1	A prática de atos atentatórios à dignidade da Justiça, pelo executado	573
9.16.9.5.2	A penhora de bens em garantia da execução: dinheiro, ações e quotas de sociedade empresária; faturamento; imóveis; outros bens passíveis de penhora; os bens impenhoráveis.....	574
9.16.9.5.3	A constituição da penhora. Os depósitos dos bens penhorados. O depositário infiel.	581
9.16.9.5.4	A avaliação dos bens penhorados	586
9.16.9.5.5	A expropriação dos bens penhorados em garantia da execução.....	587
9.16.10	A limitação da alçada por força do valor da execução fiscal.....	589
9.17	A defesa do executado.....	592
9.17.1	Os embargos do devedor. Aplicação das normas da Lei 6.830/80. Natureza jurídica. Prazo. Matéria objeto de sua defesa. A antecipação dos efeitos da tutela. Os honorários advocatícios ...	594
9.17.1.1	Natureza jurídica e prazo	594
9.17.1.2	Matéria objeto de defesa e requerimento de antecipação dos efeitos da tutela	595
9.17.1.3	Os honorários advocatícios – O encargo objeto do Decreto-lei 1.025/69.....	599
9.17.1.4	A legitimidade nos embargos do devedor.....	602
9.17.1.5	A constituição de garantia da execução como condição para oposição dos embargos.....	605
9.17.1.6	O depósito	607
9.17.1.7	A fiança bancária	607
9.17.1.8	A nomeação de bens à penhora	608
9.17.1.9	Penhora sobre bem impenhorável por força da lei ..	609

9.17.1.10	Penhora sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola (Lei 6.830/80, art. 11, § 1.º)	610
9.17.1.11	A penhora sobre o faturamento	611
9.17.1.12	A penhora <i>on line</i> . Penhora de dinheiro (Lei 6.830/80, art. 11, I)	613
9.17.1.13	A penhora sobre navio e aeronave (Lei 6.830/80, art. 11, V)	613
9.17.1.14	Demais bens contidos no art. 11 da Lei 6.830/80..	614
9.17.2	A exceção de pré-executividade, também denominada objeção de pré-executividade	615
9.17.2.1	A repercussão, no incidente, das alterações no CPC, efetuadas pela Lei 11.382/2006	615
9.17.2.2	Causas que a admitem	617
9.17.2.3	Procedimento. Prazo. Recursos	623
9.18	A medida cautelar fiscal	626
9.18.1	Cabimento	626
9.18.2	Objetivo: a indisponibilidade de bens do devedor	629
9.18.3	Procedimento	631
9.18.4	A defesa do requerido	633
9.18.5	Eficácia da liminar	634
9.18.6	A medida cautelar fiscal e o arrolamento de bens	637
9.18.7	Recursos cabíveis	639
9.18.8	Conseqüências	641
9.19	A execução contra a Fazenda Pública	642
9.19.1	O título objeto de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública	645
9.20	A decadência e a prescrição em matéria tributária	651
9.20.1	Distinção entre decadência e prescrição no direito privado....	651
9.20.2	A prescrição em ação declaratória versando sobre matéria tributária	656
9.20.3	O prazo para impetrar mandado de segurança	658
9.20.4	A decadência e a prescrição no direito tributário	659
9.20.5	As modalidades de lançamento do crédito tributário e a decadência e a prescrição. A constituição do crédito tributário mediante documento pelo qual o contribuinte apura o valor devido (DCTF, GFIP, GIA etc.). O depósito judicial convertido em renda	664

9.20.5.1 Crédito tributário com exigibilidade suspensa por constituição de depósito judicial	667
9.20.6 A Lei Complementar 118/2005	668
9.20.7 A prescrição da ação do contribuinte	673
9.20.8 A prescrição da ação da Fazenda Pública	675
9.20.9 A prescrição e a decadência em matéria previdenciária	678
10. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CRIMES RESULTANTES DE CONDUTAS CONTRÁRIAS AO CUMPRIMENTO DE NORMAS TRIBUTÁRIAS DOTADAS DE CONSEQÜÊNCIAS DE ORDEM PENAL	685
10.1 Os crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica e as relações de consumo (Leis 8.137/1990 e 9.983/2000)	685
10.2 A extinção da punibilidade (Leis 8.137/1990, 9.249/1995, 9.430/1996 e 10.684/2003 e a Medida Provisória 449/2008)	690
10.3 O lançamento definitivo do crédito tributário contestado pelo contribuinte em instância administrativa é causa imprescindível para caracterizar o crime fiscal?	695
10.4 Os crimes contra o sistema financeiro nacional	703
11. REFLEXÕES FINAIS	705
BIBLIOGRAFIA	715
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO CITADA.....	735
ÍNDICE ONOMÁSTICO	765
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	775